



Comunicado de Imprensa nº 11/416  
PARA DIVULGAÇÃO IMEDIATA  
16 de Novembro de 2011

Fundo Monetário Internacional  
Washington, D.C. 20431 EUA

## **Declaração da CE, do BCE e do FMI sobre a segunda missão de avaliação em Portugal**

Equipas da Comissão Europeia (CE), do Banco Central Europeu (BCE) e do Fundo Monetário Internacional (FMI) estiveram em Lisboa de 7 a 16 de Novembro para a segunda avaliação trimestral do programa económico de Portugal. A missão atingiu um consenso quanto às medidas de política económica e financeira a aplicar para que os objectivos do programa sejam cumpridos. Será necessária uma execução rigorosa destas medidas a fim de restaurar a competitividade externa, reforçar a confiança na sustentabilidade das finanças públicas e manter a estabilidade financeira assegurando simultaneamente o crédito adequado para apoiar um crescimento sustentável.

É provável que o crescimento em 2011 seja ligeiramente superior ao previsto no programa, mas estima-se agora que a recessão em 2012 seja mais pronunciada, prevendo-se que o PIB diminua 3% e as perspectivas pendam para o lado negativo. Do ponto de vista externo, as turbulências à escala mundial estão a afectar as exportações, enquanto do lado interno as medidas de consolidação orçamental do orçamento para 2012, as condições mais rigorosas do crédito e dos mercados financeiros e a diminuição da confiança estão a travar a procura interna. O nível da inflação dos preços no consumidor permanecerá elevado, reflectindo a subida significativa dos impostos indirectos e dos preços fixados administrativamente. Prevê-se que a economia recupere, embora a um ritmo gradual, em 2013.

A execução do orçamento de 2011 tem sido difícil. Embora os primeiros dados indicassem que o tecto do défice orçamental no final de Setembro tinha sido cumprido, a derrapagem das despesas em relação ao previsto pelo programa para o ano inteiro poderá totalizar 1,5% do PIB segundo o princípio da especialização de exercícios. Estas pressões orçamentais imprevistas reflectem em grande medida derrapagens nos controlos da despesa e medidas de correcção insuficientes. Neste contexto, o Governo está a tentar negociar um acordo voluntário com os principais bancos para transferir parte dos activos e passivos dos fundos de pensões destes bancos para o sistema de segurança social, de forma a permitir cumprir o objectivo de défice orçamental de 5,9% do PIB em 2011.

O orçamento para 2012 inclui medidas arrojadas e positivas para pôr o programa orçamental no bom caminho. A missão considera que o orçamento é compatível com o ambicioso

objectivo orçamental de atingir 4,5% do PIB em 2012. Além disso, algumas medidas essenciais, nomeadamente reduções nominais nos salários e pensões da função pública e aumentos dos impostos indirectos, são também adequadas tendo em vista a necessidade de passar de um modelo de crescimento baseado no consumo para um modelo mais vocacionado para a exportação. Porém, a execução do orçamento para 2012 terá de ser acompanhada por medidas colaterais para combater as ainda crescentes despesas em atraso e reduzir outros riscos orçamentais, especialmente ao nível das autarquias locais, dos governos regionais e das empresas públicas. Neste contexto, o programa de ajustamento previsto para a problemática Região Autónoma da Madeira constituirá uma oportunidade para assinalar que o comportamento orçamental inadequado a nível regional e local deixará de ser tolerado.

Os principais bancos portugueses enfrentam novos desafios para reforçar o seu capital. As autoridades estão a criar regras que regularão a utilização temporária dos fundos públicos para a recapitalização dos bancos. Estas regras terão de respeitar os interesses dos contribuintes, preservar a estabilidade do sistema bancário e cumprir as regras da União Europeia em matéria de auxílios estatais. A desalavancagem equilibrada e ordenada do sector bancário a médio prazo permitirá que os bancos ultrapassem os seus desequilíbrios de financiamento, garantindo ao mesmo tempo a disponibilidade de crédito para os sectores mais produtivos da economia.

Globalmente, o programa parece estar no bom caminho. No entanto, o seu êxito depende acima de tudo da execução continuada de um amplo leque de reformas estruturais que eliminem a rigidez e os estrangulamentos que estão na origem da estagnação do crescimento de Portugal durante mais de uma década. A fim de melhorar a competitividade dos custos da mão-de-obra, os salários do sector privado deverão seguir o exemplo do sector público e aplicar reduções sustentadas. O programa prevê medidas para reduzir as indemnizações por despedimento e aumentar a flexibilidade salarial a nível das empresas. No que diz respeito à eliminação de práticas enraizadas que distorcem a concorrência, está em curso um reforço do enquadramento da mesma e registaram-se progressos na liberalização dos mercados das telecomunicações. Contudo, são necessários mais esforços para reduzir actividades destinadas a maximizar o lucro em sectores protegidos, em especial na energia e nas profissões regulamentadas. A missão concorda com as autoridades quanto à necessidade de uma acção determinada para conferir um novo impulso ao programa de reformas estruturais em termos de âmbito, objectivos e especificidade.

*O programa do Governo é apoiado por empréstimos da União Europeia, no montante de 52 mil milhões de euros, e do FMI, ao abrigo do Mecanismo Alargado de Financiamento, no montante de 26 mil milhões de euros. A aprovação das conclusões da presente avaliação permitirá o pagamento de 8 mil milhões de euros (5,3 mil milhões da UE e 2,7 mil milhões do FMI). Estes pagamentos poderão ter lugar em Dezembro e Janeiro, dependendo da aprovação do Conselho de Administração do FMI, do ECOFIN e do Eurogrupo. A missão conjunta para a próxima avaliação do programa está prevista para Fevereiro de 2012.*

